

## TRADU-TIZAR: A TRADUÇÃO ENQUANTO RESISTÊNCIA E SUBVERSÃO

### *TRADU-TIZAR: TRANSLATION AS A RESISTANCE AND SUBVERSION*



Alice Maria de Araújo FERREIRA  
Professora associada  
Universidade de Brasília  
Instituto de Letras  
Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução  
Brasília, Distrito Federal, Brasil  
<http://lattes.cnpq.br/9748926083860842>  
<https://orcid.org/0000-0003-4113-1173>  
[malice4869@gmail.com](mailto:malice4869@gmail.com)

Sabine GOROVITZ  
Professora adjunta  
Universidade de Brasília  
Instituto de Letras  
Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução  
Brasília, Distrito Federal, Brasil  
<http://lattes.cnpq.br/1128682155965179>  
<https://orcid.org/0000-0001-5148-7785>  
[sabinegz@gmail.com](mailto:sabinegz@gmail.com)

**Resumo:** Este artigo introduz o número *Tradução como resistência e subversão* da revista *Belas infiéis*, partindo de um diálogo em torno da tradução como ação política de correção de assimetrias linguísticas e socioculturais, construídas por séculos de dominação de uma comunidade sobre outra. Essas relações desiguais entre línguas formam o pano de fundo de uma discussão maior que coloca em perspectiva os direitos linguísticos, sugerindo uma reflexão sobre os direitos de tradução: o direito a ser traduzido, o de se traduzir e o de traduzir. Como um processo de realocação textual do qual emergem outros significados, a tradução confere novos espaços para a subjetivação e o diálogo. Ela ilustra e manifesta o contato, o confronto e o conflito - de línguas, falantes, normas e percepções do mundo. Assim, novos engajamentos emergem da circulação das vozes que a tradução proporciona. Em uma escala supranacional, se estabelece ora como um recurso de visibilidade de línguas e textos tornados historicamente invisíveis, promovendo diversidade linguística, ora como agente de homogeneização linguística e cultural. Por isso, amplia-se a discussão à ética da tradução, questão inseparável das questões políticas que levanta, já que são relações que estão em jogo.

**Palavras-chave:** Tradução e subversão. Tradução política. Direitos linguísticos. Ética de tradução. Políticas linguísticas. Políticas de tradução.

**Abstract:** This article introduces the issue *Translation as a Resistance and Subversion* of the journal *Belas infiéis*, starting from a dialogue around translation as a political action to correct linguistic and socio-cultural asymmetries, built by centuries of domination of one community over another. These unequal relations between languages form the backdrop to a broader discussion that puts linguistic rights into perspective, suggesting a reflection on the rights of translation: the right to be translated, the right to translate and the right to translate. As a process of textual reallocation from which other meanings emerge, translation provides new spaces for subjectivation and dialogue. It illustrates and manifests contact, confrontation and conflict - of languages, speakers, norms and perceptions of the world. Thus, new engagements emerge from the circulation of voices that translation provides. On a supranational scale, it establishes itself sometimes as a resource for the visibility of languages and texts made historically invisible, promoting linguistic diversity, sometimes as an agent of linguistic and cultural homogenization. Therefore, the discussion is extended to the ethics of translation, an inseparable question from the political issues it raises, since these are relationships that are at stake.

**Keywords:** Translation and subversion. Political translation. Linguistic rights. Ethics of translation. Linguistic policies. Translation policies.



Este é um artigo em acesso aberto distribuído nos termos da *Licença Creative Commons* Atribuição que permite o uso irrestrito, a distribuição e reprodução em qualquer meio desde que o artigo original seja devidamente citado.

*This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original article is properly cited.*

---

**S**ugere-se que o processo de tradução é um ato político - de resistência e reparação de assimetrias e relações de dominação e submissão, que são construções de um sistema pré-estabelecido de valores e normas, transmitidos pelas línguas/culturas dominantes. Esse estado de assimetria leva a tradução a se apresentar como uma ação afirmativa. Essas formas de poder que geram relações desiguais, embora constantemente negociadas, constituem o pano de fundo para uma discussão que coloca em perspectiva os direitos linguísticos, sugerindo uma reflexão sobre os direitos de tradução: o direito de ser traduzido e o direito de ouvir, por um lado; e o direito de traduzir e o direito de falar, por outro lado, como experiências e práticas complementares de ativismo político e ético.

A tradução, nessa perspectiva, ilustra e manifesta o contato, o confronto e o conflito - de idiomas, falantes, convenções e percepções das realidades. É dessa perspectiva que ela se impõe como um ato de resistência e subversão, mesmo que implicitamente. Ao se estabelecer como um processo de realocação textual e assumir outros significados, a tradução confere novos espaços de subjetivação e diálogo. Ao dar fluxo e voz, multiplica os pontos de partida e de chegada. O significado do texto é assim ressuscitado, quando o tradutor empresta sua voz e sua língua àquele que não a fala ou àquele que não é ouvido. Ao fazer isso, compromete-se com um ideal de justiça social e de filiação política.

Por outro lado, a tradução é protagonista não só da globalização linguística, mas também sociocultural, como agente pivô de relação entre idiomas, estabelecendo-se como um recurso de visibilização de discursos, historicamente tornados invisíveis, e de diversidade linguística em uma cena global.

Nesse contexto, questiona-se aqui que engajamentos se manifestam na tradução quando se impõe/interpõe como um diálogo entre discursos. Assim, as vozes interagem, sobrepõem-se, adaptam-se e inovam em torno de mecanismos e recursos que podem reverter, ou pelo menos reequilibrar certas assimetrias linguísticas e socioculturais.

Finalmente, a relação dialógica entre a língua de origem e a língua-alvo é aqui colocada em perspectiva como uma injunção para reconhecer o Outro como Outro. Para Berman (1984), o objetivo ético da tradução sugere a obrigação de traduzir “a letra”, o mais próximo do jogo dos significantes. Paradoxalmente, é propondo uma "pedagogia perturbadora e rejuvenescedora do estranhamento ... um sistema axiológico de dois termos",<sup>1</sup> uma oposição entre objetivo ético e tradução etnocêntrica, tradução "boa" e "má", nacional e estrangeiro, que ela dá lugar a um absoluto ético - a necessidade de tradução para "querer trabalhar" enquanto permanece uma "oferta" para o texto original (Berman, 1984, tradução nossa). A "pura visada

---

tradutória" de Berman se opõe à noção de ética da diferença e a uma política de tradução nos discursos de Meschonnic (2007), Venuti (1998) ou Spivak (2005). Ao abrir o texto, perfurá-lo, enxertá-lo de elementos da outra língua e costurá-lo novamente (Iveković, 2019b) a tradução se materializa em um ato de "restauração da letra". É nesse sentido que esse ato se torna militante, já que o tradutor não está numa posição acessória; ele é perseguido pela "obsessão com a verdade da letra" (Berman, 1984).

Se Berman propõe a prova do estrangeiro como uma experiência de descentramento e abertura ao outro, pode-se, no entanto, questionar a categoria do estrangeiro na medida em que reforça uma lógica de estados-nação e do nacional, ao mesmo tempo em que a fortalece na relação entre identidade e alteridade. A experiência do migrante nos coloca à prova do movimento de partidas e chegadas múltiplas, perturbando o pensamento do signo ainda binário entre língua nacional e estrangeira, universalismo e multiculturalismo, letra e sentido. A prova do migrante é uma prova das relações (e o acolhimento é uma das relações) em que se instauram os sujeitos tradutores (que se traduzem e traduzem). Traduzir o migrante é, portanto, antes de tudo, ouvir a forma como ele se traduz.

Já, para Benjamin (1971), quando ele aponta que todos os textos contêm implicitamente sua tradução, trata-se de integrar o modo de significação do texto fonte como um trabalho de luto, onde a superação do outro revela um movimento de desejo e desespero em face da não-identidade das partes. Deve-se renunciar ao princípio de identidade, de querer imitar o sentido do original, incorporar e depois transmitir para a sua própria língua, não o sentido do texto, mas seu modo de significação, sua significância (Meschonnic, 2007), seu discurso, seu modo de traduzir.

3

## **Tradução e Deslocamento**

### ***Tradução e Migração***

Todo deslocamento pressupõe movimentos de realocação espacial e temporal que desencadeiam processos de adaptação e acomodação, por um lado, e por outro, forças de resistência e até de subversão.

Por sua vez, a noção de tradução também sugere deslocamento, tal como à de migração: movimentos de um ponto para outro pressupõem travessia e superação (de fronteiras). Além disso, retomando a dicotomia entre acomodação e resistência, a imigração introduz estranhamento e desencadeia processos de adaptação recíproca, o que também ecoa com o postulado de que qualquer tradução envolve um certo estranhamento.

---

Nesse sentido, surgem processos de negociação, harmonização e fusão de diferentes tipos de práticas e conhecimentos em contato, ainda que em conflito. Uma tensão emana desse confronto entre a tendência à homogeneização/padronização e à valorização das diferenças: tentar preservar especificidades o mais distintas possível, evitando transmitir o "currículo oculto da cultura dominante", ou, inversamente, promover a familiarização por meio do achatamento das diferenças a fim de supostamente "harmonizar" as práticas, de modo a não ameaçar a coesão social (Harris, 1990).

Nesse contexto, essas tendências desafiam as dicotomias estruturais de pensar a tradução, que opõem a familiarização/domesticação/naturalização à manutenção e criação de um estranho constituinte do novo texto, alimentado pela mistura e mudança linguísticas. Essa relação dialógica que Berman (1984) estabelece entre a própria língua e uma língua estrangeira, este "estranho na língua", pode ser repensada com relação à figura do migrante, que não pode mais ser percebido a partir da binaridade nacional/estrangeiro; ela exige multiplicidade. Mais do que um projeto de "uma pedagogia perturbadora e rejuvenescedora do estranhamento" (Godard, 2001, p. 53),<sup>2</sup> o migrante mobiliza uma política da migração institucionalizada legalmente.

4

Nesse mesmo espectro de comparação, se estabelece uma tensão entre visibilidade e invisibilidade, do migrante e do tradutor/tradução (Venuti, 1998), que se opõe ao postulado ético da neutralidade/objetividade do tradutor, da lealdade/fidelidade ao texto e ao autor, em favor de uma ação/tradução política, uma *tradu-lítica*, assentada em um discurso comprometido com os direitos linguísticos.

Outra analogia entre tradução e migração é a de que ambas pressupõem um projeto - seja individual ou de grupo, uma determinação prévia e uma política de acolhida - de sujeitos, falantes, textos, autores e línguas, que guiará tanto as estratégias de tradução quanto as escolhas do interlocutor: quem traduz quem? quem lê quem? quem escuta quem? quem fala? Assim, as escolhas manifestam atritos entre movimentos discriminatórios, hierarquias culturais e linguísticas e tentativas de negociar e administrar diferenças entre hábitos e culturas. A tradução é assim metaforicamente constituída por esses confrontos, onde o migrante/tradutor, como ponto de contato entre duas comunidades linguísticas e culturais, é o lócus de todos os conflitos.

Esse confronto justifica-se, nas palavras de Berman (2002, p. 21), pelo fato de os nossos conceitos surgirem da comparação: ao encenar o confronto, a tradução provoca no tradutor, no autor e no leitor uma certa consciência de como cada língua e cada comunidade linguística

---

apreende e percebe a realidade quando a expressa, por meio de um processo contrastivo que revela as normas e representações de ambos os lados desse processo, colocadas em perspectiva. Apesar dessa tensão entre vozes, sua agência é transformadora no que ela é capaz de acrescentar e expandir, de promover uma ampliação linguística e cultural; ela provoca, por outro lado, um abandono de significantes e uma inexorável sensação de perda e frustração. Ao fazê-lo, porém, ela se estabelece como um ato de resistência e rebelião. Quando mudam e atualizam os modos de organização, no contato e na negociação, a tradução e a migração aparecem como repertórios em expansão, como uma forma de entrar no universo simbólico do outro, de fazer com que as partes envolvidas se resignem à capacidade de inovação e ao contínuo retrabalho das práticas. Elas sugerem, por um lado, a ideia de entrada e abertura, de compartilhamento, enriquecimento e movimento. Por outro lado, ambas introduzem a dimensão de perda, da saída, do abandono e da transgressão, uma ruptura com algo pré-existente que tende a se esvaír, um ponto de partida ultrapassado, deixado para trás. O migrante deixa algo para trás; o texto original escapa à tradução e escapa a ele-próprio.

Essas oposições simbólicas (texto e país de partida/origem x texto e país de chegada/alvo) referem-se a diferentes noções de pertencimento, espaços, temporalidades e territorialidades: um parte, outro chega. Por analogia, a relação que a tradução opera inaugura uma relação de recontextualização permanente. Ela move e realoca o texto atualizando os diferentes contextos de recepção e introduzindo novas modalidades de relação e ação. São processos de renovação de significados e significantes, e de renúncia ao princípio de equivalência entre as partes em favor do sentido que emerge reciprocamente do próprio contato/confronto. Traduzir, portanto, implica uma reciprocidade imanente de um desejo de mistura, de conhecimento e de aproximação. Trata-se de um projeto de construção comum de superação de fronteiras nacionais.

Retomando o pressuposto inicial, deslocar-se de um lugar para outro implica uma experiência de/para/nas fronteiras, onde novos ambientes se cruzam e coexistem (Iveković, 2019b). A experiência da fronteira já é por si só um ato, sempre recíproco. As fronteiras são, por um lado, estabelecidas com base em convenções, acordos institucionalizados como expressão de realidades políticas e estratégicas, mas são, por outro lado, uma consequência do que Derrida (1982) chama de "a prática da diferença".

---

### ***Tradução e Reciprocidade: Contato, Mediação e Interação***

A tradução pressupõe um "processo interativo de acomodação que, de ambos os lados, consiste em adaptação, inovação e demarcação" (Juillard, 1997, p. 13). Ao promover um espaço de contato e mediação entre discursos e textos, dá origem a uma sobreposição de vozes, seja alternada, misturada ou expandida. Como vimos, traz em diálogo/debate não apenas leitores e autores, mas também textos, normas e práticas. É uma relação que envolve diferentes agentes em um processo comparativo: partindo de certas referências, de conjuntos de categorizações, o tradutor estrutura algo cuja especificidade resulta do contraste e da oposição, se torna significativo e compartilhado. Surge então a pergunta: compara-se para traduzir ou traduz-se para comparar? Iveković (2015, p. 4) responde, sugerindo que essa negociação é constituída pela "partilha da razão" e pela sobreposição de vozes, fomentada pelo confronto de oradores e pontos de vista. Nessa visão, a tradução é fundamentalmente política, é um grande operador político do movimento de sentido, desde que a exposição à alteridade e ao outro seja aceita. Nessa dialética, onde o tradutor lê o texto do outro para escrever o seu, sua posição é ambivalente e perturbadora: "ele quer forçar ambos os lados: forçar sua língua a se lastrar com estranheza, forçar a outra língua a não se comportar em sua língua materna" (Berman, 1984, p.18).<sup>3</sup>

6

A partir deste movimento interativo, o tradutor se faz presente como mediador das margens que ele faz emergir desse diálogo e desse confronto, no momento em que sua atividade traz à tona diferenças inerentes e contíguas. Ao vincular/mediar os discursos, o tradutor inaugura valores metafóricos que favorecem uma nova concepção dos sentidos do texto. Ele estabelece afiliações e sistemas de relações, sempre assimétricos e subordinados a hierarquias (Iveković, 2019b, p. 4). Traduzir significa ler, analisar, descrever, comparar e categorizar, por meio de um movimento recíproco, um entrelaçamento de horizontes que se permeiam e se fundem. É por isso que a tradução é o momento mais explícito do confronto de línguas, pois evidencia as diferenças e semelhanças das práticas linguísticas. Também revela as diferentes línguas que existem na mesma língua, em um discurso. Os participantes da interação são assim levados a enfrentar as especificidades que os separam como fontes de autoconhecimento, numa situação onde cada um é encenado no contexto do outro:

Em primeiro lugar, a tradução não é uma busca de equivalências, mas um movimento em direção ao parentesco dos idiomas. Ela produz esta relação sem assumir. Neste sentido, é a maior agitação que uma língua pode experimentar na esfera da palavra

---

escrita. Em segundo lugar, o trabalho está ligado a sua linguagem de um modo duplo e contraditório: o do enraizamento e o da superação, da distância. Proust diz que grandes textos sempre parecem ter sido escritos em uma língua estrangeira. Ao criar raízes, o trabalho se enterra nas profundezas da língua nativa; ao ficar fora do caminho, ele se afasta dele ao produzir uma "outra língua", estrangeira a partir daí para a língua comum. Enraizado, o trabalho é intraduzível. Subversão de seu idioma, é a subversão ao mais alto grau. E aqui ocorre uma curiosa dialética. A tradução, antes de tudo, apenas radicaliza este movimento de subversão. Seu "fim" é deportar o trabalho cada vez mais para longe de sua língua. Mas quanto mais uma obra é traduzida, maior é a possibilidade de se enraizar em seu idioma, parecendo intraduzível. Isto é quase imperceptível no momento de seu 'nascimento', quando esta viagem ainda não foi concluída. Só aparece como uma obra do idioma nativo quando é (re)traduzida. Podemos, portanto, dizer que a tradução realiza a relação do trabalho com seu idioma (Berman, 2008, p. 53).<sup>4</sup>

O tradutor, quando traduz, dá sentido a uma declaração que carrega um potencial de inteligibilidade, ainda em gestação. Como a leitura, a atividade de tradução é latente, pois pressupõe uma restituição de significado por meio de outras palavras. Como sugere Iveković (2019b, p. 4), dar sentido por intermédio da interpretação pressupõe a estruturação de um exercício metonímico engajado politicamente. De fato, a metonimização é uma ação que sugere escolhas e resistências. A autora lembra que a metonímia, que vem do grego e significa "além do nome" ou "mudança de nome", é uma figura de linguagem que consiste em utilizar uma palavra fora de seu contexto, uma substituição simbólica de um termo por outro, com base em uma certa proximidade semântica, uma contiguidade, atribuída ou identificada pelo enunciador/tradutor, por sua sensibilidade e sua interpretação. É nisso que negocia uma transformação de um esquema para outro, de um sujeito para outro, de um meio para outro, um deslocamento que resulta da relação entre dois ou mais elementos que converte, por meio de combinações (Iveković, 2019b, p. 4). É a partir da metáfora (da mudança de nome) e das escolhas metonímicas que certos tipos de engajamentos são construídos pelo tradutor que transplanta elementos de uma língua para outra (Iveković, 2019b, p. 4).

Nessa perspectiva, corroborando os pressupostos de Iveković, Derrida vê a tradução como uma abertura para outra língua que só faz sentido a partir da relação recíproca. Para ele, o processo de tradução ocorre em qualquer texto e em qualquer leitura. Ao perceber as diferenças de significado introduzidas pela tradução, Derrida sugere que os idiomas só podem

---

existir "no espaço de sua própria estranheza em relação a si mesmos" (Derrida citado em Ottoni, 1998, p. 27). Assim, de ambos os lados, os sujeitos envolvidos na tradução são levados a enfrentar "uma prova do estrangeiro" (Berman, 1984). Afinal, a prática da diferença na tradução só é possível devido à multiplicidade de línguas, e ocorre somente se essa multiplicidade se impõe.

## **A Prova do Migrante**

### *A "Virada Ética"*

A maioria dos discursos que levantam (direta ou indiretamente) a questão ética a mobiliza a partir da relação entre as línguas, em que o ato de traduzir é considerado como uma relação, um diálogo, um encontro com o outro e consigo mesmo, muito mais do que um transporte. Muitos autores contemporâneos (Godard, 2001; Samoyault, 2020) corroboram com o fato de que uma virada ética na tradução se instituiu a partir da obra *L'épreuve de l'étranger* (1984) de Antoine Berman.

8

Para Samoyault (2020, p. 224),<sup>5</sup> o ato fundador de Berman em 1984 foi o reconhecimento da "luta entre idiomas na tradução, o forçar da língua materna pela língua do outro" e o fato de que este nos convida a pensar a tradução como o lugar onde a diferença se expõe. A questão ética inscreve-se tal como uma visada, um horizonte do traduzir que se realiza na relação com o outro, uma relação de reconhecimento e abertura. O outro, como estrangeiro que nos põe à prova quando traduzimos, põe à prova uma ética e uma política do traduzir diante dos afetos desencadeados pela relação.

A tradução sempre ocupou um lugar central na relação entre as culturas. Por razões que remetem à transformação das relações interculturais ligadas às diversas descolonizações e à globalização dessas relações, a tradução não assume mais apenas um papel prático, mas uma importância política e ética para a descolonização permanente dessas relações. Como Henri Meschonnic (1999, p. 13)<sup>6</sup> nos diz

a intensificação das relações internacionais não se limita às necessidades comerciais e políticas, ela também tem outro efeito: o reconhecimento de que a identidade não é mais a universalização, e só se realiza através da alteridade, através de uma pluralização na lógica das relações interculturais. Isso não sem crise.



---

Venuti recupera a questão ética da tradução e faz do traduzir um ato político transformador (um escândalo). Sua "ética da diferença" requer uma posição (política), uma "ética da posição/localização". Há posições na relação e cada lado desenvolve po-eticamente estratégias de resistência e abertura. A posição do tradutor em sua visada ética se torna ação crítica e criativa em sua relação consigo mesmo e com o outro. Assim, para Venuti, o estranhamento preservado em uma tradução, por exemplo, não deriva apenas de uma posição ética em relação ao estrangeiro e à letra; ela deriva tanto das forças estratégicas da cultura fonte e alvo como das relações de poder entre elas. Dentro das culturas (fonte e alvo), histórias de resistência afetam suas posições de tradução, para além das posições clássicas da tradução, fonte / alvo, forma / conteúdo, mas as posições / oposições geopolíticas historicamente constituídas entre colonizador / colonizado; homem / mulher; branco / preto; homossexual / heterossexual; nacional / estrangeiro.

As desigualdades produzidas ao longo da história colonial e pós-colonial não são simplesmente fatores que a tradução deve reproduzir (por restrições econômicas e políticas); pelo contrário, o ato da tradução deve se esforçar para rompê-las. Nesse sentido, para Godard, Venuti está mais próximo de uma perspectiva nietzschiana da crítica das estruturas do poder do que de uma perspectiva estritamente bermaniana:

É nessa perspectiva nietzschiana que Lawrence Venuti entende o chamado de Antoine Berman como "uma prova do estrangeiro", pela qual a tradução se tornaria uma forma de crítica às estruturas ocultas do poder, a fim de empreender uma verdadeira transvalorização. Proclamando-se herdeiro do projeto bermaniano, Venuti se alinha, entretanto, com seu subtítulo, a Nietzsche (Godard, 2001, p. 72).<sup>7</sup>

Sabe-se que a tradução varia de acordo com uma economia das línguas e que os valores da tradução etnocêntrica e da tradução ética (e o que constitui essas categorias) mudam frente às contingências sócio-históricas localizadas (Venuti, 1998, p. 197).

A questão da posição é retomada por Gayatri Spivak (1993), para quem a tradução não é uma mera manipulação interlinguística, mas uma relação entre culturas que produz uma "transvalorização cultural", na qual o reconhecimento do outro pode reiterar ou perturbar as relações de poder. Spivak, ao propor uma "ética da diferença cultural", exige um reconhecimento do outro como outro para transformar as relações hegemônicas construídas pelo imperialismo entre as culturas europeia e americana e as culturas do chamado terceiro

---

mundo. Para Spivak (2005, p. 16), a tradução pode, ao fazer isso, criticar os imperialismos e propor o que ela chama de "tradução democrática", capaz de fortalecer as relações horizontais, verdadeiramente recíprocas, entre as culturas. Contra o imperialismo, ela propõe uma reflexão ética sobre a particularidade das formas culturais atentas à alteridade radical do outro, ou seja, um modelo de tradução “desfamiliarizante” que expõe os limites da linguagem. A tradução do outro como fonte da sua própria elocução é ética enquanto ser relacional, enquanto "ser para" (Spivak, 2005, p. 58).

Já, para Berman, a tradução é inseparável das questões éticas, sociais e políticas, e essa posição torna-se, já nos anos 80, um engajamento crítico e político no intuito de considerar uma abertura e uma convivialidade da cultura francesa etnocêntrica, na qual a imigração é um “problema”. A presença dos migrantes torna-se uma questão política diante das profundas resistências de uma sociedade que busca a todo custo preservar sua tradição hegemônica, em resgate a uma identidade nacional que implica a noção de estrangeiro. Essa noção de "estrangeiro", diz Nadia Yala Kisukidi (2017), deve ser apreendida política e juridicamente na lógica dos estados-nações. O estrangeiro é definido politicamente em sua relação com a soberania de um Estado que produz elementos jurídicos que determinam o que é nacional e o que não é. Assim, o estrangeiro é sempre definido negativamente como aquele que não é nacional e que, de certa forma, fortalece a coesão nacional. Mas e o migrante? Se o estrangeiro representa um “fora” em relação ao nosso “dentro”, e assim nos permite um descentramento crítico, em que medida ele age sobre o tecido social e cultural (além de questionar seus princípios filosóficos e religiosos) a ponto de poder falar de uma revitalização? Para Alexis Nouss (2020, p. 240),<sup>8</sup>

O estrangeiro conforta a ordem estabelecida pela racionalidade espacial. Ele representa o fora ou o outro lugar, sem os quais o aqui ou o dentro não encontram sua legitimidade. Ele não incomoda; pelo contrário, ele participa do arranjo social - seu sotaque ilumina o bem-falar e a cor de sua pele faz sobressair a cor do autóctone.

### ***A Prova do Migrante e do Imigrante: Entre Movimento e Habitat***

*L'épreuve de l'étranger*, publicado originalmente em 1984,<sup>9</sup> pauta as questões do acolhimento, do diálogo, da mestiçagem e da abertura ao estrangeiro, num contexto sociopolítico mobilizado pelos discursos sobre imigração e acolhimento dos estrangeiros (não franceses) em uma França que tem dificuldade de assumir sua história colonial. A França

---

experimentou uma intensa onda migratória entre os anos 50 e 60 com a chegada de "estrangeiros" de lugares diversos e motivados por razões diversas: colonos e nativos das ex-colônias, imigrantes fugindo de ditaduras e guerras civis, exilados latino-americanos etc. Assim, essa diversidade vivenciada em seu território abalou sua coerência nacional (que tende a ser chamada de identidade) e transformou a paisagem das grandes cidades com subúrbios hoje habitados por trabalhadores da indústria, da construção e dos serviços domésticos que carregam, em seus corpos e em suas palavras, histórias, hábitos, religiões outras (dos outros).

Nos anos 70 e 80, a relação com o estrangeiro inscrevia-se nos discursos político-filosóficos (e portanto, éticos), tornando-se rapidamente uma verdadeira prova. Dentre esses discursos, marcaram a memória o da *França terra de acolhida*, o da *diferença*, o da *tolerância*, ou ainda o da *mestiçagem* e da *França plural*. Esses discursos socialistas, em sua maioria, mobilizavam-se, naturalmente, diante da emergência dos discursos nacionalistas e racistas do partido de extrema direita, o *Front National*.

Nos anos 80, as transformações acarretadas pela presença de estrangeiros, que se tornaram imigrantes ou filhos de imigrantes, e que compõem a sociedade francesa hoje, eram percebidas como uma ameaça à coesão nacional e a causa dos problemas econômicos e sociais que estavam tomando forma, com a crescente globalização e suas políticas nacionalistas e neoliberais.

Apesar da retórica de abertura e tolerância, a presença de imigrantes ainda é sentida como uma ameaça pelas comunidades de acolhida, que se percebem como "nacional", e para quem resistir significa não perder sua identidade nacional ou sua posição de poder. Esses discursos sobre o respeito às diferenças e sobre o acolhimento, no fundo, não vão além de uma certa condescendência (a desconstrução não é fácil).

É nesse cenário que, em sua *prova do estrangeiro*, Berman propõe uma relação dialógica entre as línguas (materna e estrangeira) cuja visada ética assenta-se no reconhecimento do outro como outro, o que mobiliza uma educação para com o "estrangeiro", perturbador e revitalizante. Leitor de Jacques Derrida, sua concepção de língua é baseada na hospitalidade e sugere que se fechar ao estrangeiro é fechar-se à revitalização da cultura de acolhida. Mas quando, para Derrida, é necessário acolher o outro em sua diferença radical, ou seja, aceitar que as regras da casa lhe pertençam, Berman, por sua vez, acolhe o estrangeiro em um albergue (sempre provisório). Se a noção de estrangeiro é cara a Berman, que faz dela sua prova, o tema da imigração permanece embaraçoso (Derrida, *De l'Hospitalité*; Berman, *La traduction et la lettre: l'auberge du lointain*).

---

Para além dessa dicotomia, se os estrangeiros podem manter uma "autonomia psíquica e intelectual" que os protege quando expostos ao mundo, o migrante e o exilado estão sempre em um duplo vínculo emocional e reflexivo. Para Nouss (2020, p. 241),<sup>10</sup> "a identidade tem suas raízes em uma crise permanente que afeta todos os valores e critérios de julgamento e força o exilado a uma postura crítica ininterrupta". O exílio e a migração reproduzem esse estado de crise/crítica/ruptura, pois suas experiências expõem seus duplos pertencimentos e a separação desses lugares. De fato, como diz Nouss (2020, p. 241),<sup>11</sup> "o estrangeiro se repete ele próprio, mas em outro ambiente, em outra língua, enquanto o exilado não consegue fazer isso. Reprodução impossível que obriga o exilado a se traduzir".

O imigrante transforma o que poderia ser chamado de identidade nacional, confrontando-a diretamente, porque não se contenta em ser um estrangeiro, ele quer habitar. O migrante é, ao mesmo tempo e não sucessivamente, um ex / in, pois nunca deixa de ser ambos, aquele que parte e aquele que chega, dois movimentos que reivindicam territorialidade, a territorialidade do movimento, crítico e criativo. A experiência da migração nem sempre separa o que a distância afastou, mas a lógica cidadã dos estados-nação ainda não integra a complexidade desse fenômeno e torna quase impossível uma reflexão crítica com base na experiência migratória.

É um movimento ético e político capaz de transformar e produzir relações outras, para além daquelas que reproduzem as assimetrias estruturais da globalização tal como ela se apresenta. Há utopia em tal projeto, e isso nos impõe humor, como nos adverte Meschonnic (2007, p. 9)<sup>12</sup> em *L'éthique et la politique du traduire*: "A utopia do projeto, desse mesmo pensamento de uma tal interação, impõe uma necessidade do humor contra toda a pseudo-seriedade que confunde os Sentados (*les Assis*) com o movimento do pensamento".

A prova do imigrante passa pelo habitat (*habitus?*), um afeto transformador, de si, do outro e do tecido sociocultural (sistema cultural). Traduzir e se traduzir no/ pelo outro, não apenas para passar ou passear, mas para habitar o espaço do equívoco que surge para além da conjunção "ou" da oposição nacional/estrangeiro e identidade/alteridade. Segundo Eduardo Viveiros de Castro (2009, p. 90),<sup>13</sup> "Traduzir é instalar-se no espaço do equívoco e habitá-lo". A prova do imigrante passa pelo reconhecimento político e ético da tradução/migração como uma dimensão essencial no futuro das sociedades e das línguas. Entre pensar uma língua que pode traduzir tudo com um olhar neocolonialista e a intraduzibilidade das especificidades, há corpos em relação, em afeto que asseguram o movimento crítico-criativo dos sujeitos e das línguas.

---

A ética passa então pelos sujeitos, mas por sujeitos que agem, diz-nos Meschonnic, convidando-nos a pensar o ato de tradução como um agir/ato político e ético (e, portanto, poético). A tradução é um espaço de encontro no qual os sujeitos se tornam sujeitos. Ele se propõe a pensar a ética não como uma responsabilidade social,

... mas como a busca de um sujeito que se esforça para se constituir como sujeito por sua atividade, uma atividade tal, que só é sujeito aquele pelo qual um outro é sujeito. E nesse sentido, como ser de linguagem, esse sujeito é inseparavelmente ético e poético. É na medida dessa solidariedade que a ética da linguagem diz respeito a todos os seres de linguagem, cidadãos da humanidade, e é nisso que a ética é política (Meschonnic, 2007, p. 8).<sup>14</sup>

Nessa perspectiva do tornar-se sujeito, as categorias da comunicação (receptor, emissor, fonte, alvo) são inoperantes, pois a visada ética é a relação, o interdiscurso. Um discurso habitado por um corpo-sujeito que não pode ser traduzido por uma língua, mas por outro discurso. Trata-se de pensar a relação ética como um agir político onde os sujeitos estão po-eticamente inscritos na linguagem, “ser de linguagem”, como corpos políticos. A ética, para Meschonnic, é uma questão de comportamento consigo mesmo e com os outros: "A ética é o que se faz consigo mesmo e com os outros. É um agir, e é fazer valor" (Meschonnic, 2007, p. 19).<sup>15</sup> Se eu admito as diferenças, não posso dizer o que o outro diz sem uma transformação da língua que traduz.

De fato, parece mais fácil pensar a relação ética do ponto de vista daquele que acolhe, do que imaginar (pois isso remete novamente ao campo da utopia) uma ética do migrante. A prova do estrangeiro põe à prova o anfitrião eticamente condescendente e aberto, mas não a lógica dos estados-nações, ao contrário, a reforça. É aquele que acolhe que fala, que faz sentir sua voz e sua posição. Ouve-se pouco aquele que chega, que perde sua voz; nós lhe emprestamos a nossa, ele se torna estrangeiro. Lembremos com Derrida (1997, p. 11)<sup>16</sup> que "a questão do estrangeiro é uma questão do estrangeiro. [...] aquele que, fazendo a primeira pergunta, me questiona". O migrante questiona a chegada ao chegar; essa escuta faz parte da prova do migrante.

---

## Em Conclusão: Tradução Política e Hegemonias Contemporâneas

A convergência entre as línguas que emana da tradução pressupõe a superação da rejeição do outro, num processo contínuo de indisciplina, insubordinação, reação e resistência. Como Iveković (2019a), sugere a tradução emerge da consciência pós-colonial como uma reflexão filosófica, histórica e política, tal como as migrações, que carregam uma história de descontinuidades e interrupções.

Ao trazer compreensão, a tradução se estabelece como transposição/superação de lacunas. Entretanto, Iveković (2019a, p. 13) adverte que, se por um lado, preenche lacunas, pode também abrir novas rachaduras/fissuras e produzir diferenças, dependendo da intenção envolvida. Essa intenção, implícita e inerente à tradução, seria, portanto, sua política, seu viés político. Com efeito, a exposição a múltiplas perspectivas e interesses, distintos ou opostos, pressupõe uma forma de ação política, pois a tradução e a produção de sentido que ela desperta nunca são neutras. Iveković (2019a, p. 13) sugere que essa intenção política vem do tradutor, cujo compromisso, por trás da tradução, também traz consigo uma série de interesses contextuais e culturais com relação às línguas a partir das quais e para as quais ele traduz. Portanto, a tradução nunca é uma passagem entre dois pontos, ela é um elo.

14

Assim, a tradução se inscreve nesse supra sistema, onde as relações de poder e submissão foram construídas e assentadas em valores pré-estabelecidos, em normas transmitidas pelas línguas dominantes/hegemônicas, que o traduzir é capaz de afetar, ainda que temporariamente. Ele pode inclusive atuar em resistência para reparar desigualdades entre línguas e restaurar uma certa diversidade de pontos de vista sobre o mundo.

Quando o poder de decisão do tradutor é reconhecido, o papel do tradutor e da tradução como agentes de transformação social não está mais em dúvida ... o poder de desativar a violência movendo as ideias de um contexto para outro ... a tradução traz dentro de si o mesmo potencial de violência que traz para a não-violência (Fiola, 2004, pp. 9-12).<sup>17</sup>

Por outro lado, se as condições sociopolíticas e as novas tecnologias se refletem nas políticas de tradução, a tradução também age sobre os conteúdos (conhecimentos) e a forma como circulam e são transmitidos: "migrações, transnacionalidade, novas formas de subjetivação, novos temas políticos, desmaterialização das produções" (Iveković, 2019a, p. 13).<sup>18</sup> Além disso, essas novas condições de produção e transmissão de conhecimento acarretam novas práticas políticas, ora de resistência e subversão, ora de submissão aos

---

fenômenos globais. Iveković sugere que o fluxo permanente de exportações e importações de conhecimento, enquanto reforça e reafirma uma certa colonização e subalternidade do conhecimento, também produz descontinuidades e resistências inovadoras, rompendo com a narrativa de uma história única/monocêntrica.

A tradução como instrumento de globalização linguística se coloca como um agente central na relação entre línguas. Na realidade, o agente é o tradutor, o falante que recorre a seu amplo repertório, criando familiaridade entre as línguas postas por ele em diálogo e em contato/confronto. Em vez de simplesmente coexistir, elas se misturam, se sobrepõem, se ampliam e se transformam. As línguas/discursos não estão apenas interligados, mas em constante influência mútua. A prática da tradução interfere assim na função que assumem nessa configuração humanamente marcada, guiada pelas necessidades dos falantes, que variam de acordo com o contexto e a situação. Neste sentido, a tradução é apresentada como um recurso eficaz porque torna visíveis línguas e textos que foram historicamente silenciados, promovendo a diversidade linguística em ambientes supranacionais e abrindo espaços para circulação e representações múltiplas. Ao fazer isso, ela dá a um texto escrito em uma língua minoritária um potencial de visibilidade e circulação, ainda que submetido à língua que o torna visível. Há um movimento antagônico nesse processo, onde a língua/texto de origem se abre a novas comunidades linguísticas, imbuindo o idioma de destino com novas características, enquanto o texto/língua de destino dá ao texto de origem e a seu teor linguístico uma visibilidade que não tinha antes de ser traduzido. Assim, textos e discursos anteriormente relegados a espaços restritos ocupam ambientes formais e institucionais, oficialmente reconhecidos e legitimados, onde seu acesso era "proibido".

É importante examinar, entretanto, como a tradução intervém, ou poderia intervir, na relação simbólica que se estabelece entre a primeira e a nova língua e o que ela revela e faz emergir dessa relação: os vestígios de hierarquias da colonização sujeitas a resistência mas também a movimentos de conservação, que a tradução pode reforçar, atenuar ou reverter em um processo gradual ou abrupto de transformação linguística. A questão é se a tradução pode ser uma protagonista e, em caso de resposta afirmativa, que papel poderia desempenhar em relação às línguas minoritárias frente a línguas centrais ou hipercentrais, tal como o inglês global? Ampliando-o? Ou anglicizando as outras? Quem influencia quem? A tradução produz misturas/mestiçagens de pensamentos, literário ou científico, por exemplo? A tradução amplia ou restringe os direitos linguísticos? A tradução une ou divide, conecta ou separa? Em que medida é possível defender a igualdade de línguas? Todas devem expressar todos os tipos de

---

conhecimento e aprendizagens, ocupar os mesmos espaços? A tradução contribui para o desenraizamento ou, pelo contrário, para o fortalecimento dos nacionalismos?

Muitas são as perguntas e as respostas, difíceis. Afirma-se aqui, pelo menos, a possibilidade de intervenção que a tradução abre. Ao acrescentar aos textos múltiplas camadas, pontos de vista e histórias plurais, novos tipos de conhecimento, dá origem a novas formas de interesses e objetos comuns a serem construídos, compreendidos e analisados. No entanto, como nos ensina Iveković (2019a, p. 15), uma profunda reorganização do conhecimento e de sua circulação está em curso no mundo transnacional, onde o saber tende a se desnacionalizar. A autora nos adverte que, diante da nova situação, um esforço de tradução será necessário para traduzir politicamente e para traduzir de um cenário político para outro. Devem ser encontradas soluções múltiplas, complementares, intersetoriais e conflitantes. Partindo da observação de que é impossível deduzir o que foi traduzido (Iveković, 2019a, p. 15), tudo o que nos resta é oferecer uma abertura aos significados múltiplos e inesperados produzidos pelas traduções e pelos tradutores, fazendo justiça à pluralidade da humanidade.

## 16 REFERENCIAS

- Benjamin, W. (1971). *Mythe et violence* (M. de Gandillac, Trad.). Dénoel.
- Berman, A., & Chanut, M. E. P. (2002). *A prova do estrangeiro: cultura e tradução na Alemanha romântica; Herder; Goethe; Schlegel; Novalis; Humboldt; Schleiermacher; Hölderlin*. Edusc.
- Berman, A. (1984). *L'Épreuve de l'étranger. Culture et traduction dans l'Allemagne romantique*. Gallimard.
- Berman, A. (2008). « L'Âge de la traduction »: « La tâche du traducteur » de Walter Benjamin, un commentaire. PUV.
- Derrida, J. (1982). *L'oreille de l'autre, Otobiographies, transferts, traductions. Textes et débat avec Jacques Derrida*. Vlb Éditeur.
- Derrida, J. (1997). *Anne Dufourmantelle invite Jacques Derrida à répondre De l'hospitalité*. Calman-Levy.
- Fiola, M. A. (2004). « Présentation ». *TTR, Traduction, terminologie, rédaction*, 17(2), 9-12.
- Godard, B. (2001). L'Éthique du traduire: Antoine Berman et le « virage éthique » en traduction. *TTR*, 14(2), 49-82. <https://doi.org/10.7202/000569ar>
- Harris, S. C. (1990). « *Two-way Aboriginal schooling: education and cultural survival* ». Aboriginal Studies Press.



---

Iveković, R. (2015). Traduire les frontières. Langue maternelle et langue nationale. Revue *Asylon* (s), (4).

Iveković, R. (2019a, 17 de outubro-21 de novembro). « *The epochal issue of migrations. The cosmopolitics of state closure. (The closure of Europe)* ». At the Institute of Social Research & Cultural Studies/ International Center for Cultural Studies, ICCS/IICS, Chiao Tung University, Hsinchu, Taiwan.

Iveković, R. (2019b). *Politiques de la traduction: exercices de partage*. Terra-HN éditions. <http://www.reseau-terra.eu/IMG/pdf/-5.pdf>

Juillard, C. (1997). « Accommodation linguistique ». In M-L Moreau, *Sociolinguistique: concepts de base* (pp. 12-14). Mardaga.

Kisukidi, N. Y. (2017). *Que fait-on de l'étranger aujourd'hui?* [Séminaire de la Journée d'étude de la Chaire « Exil et migrations »]. [https://www.canal-u.tv/video/fmsh/que\\_fait\\_on\\_de\\_l\\_etrangeur\\_aujourd\\_hui\\_nadia\\_yala\\_kisukidi.44953](https://www.canal-u.tv/video/fmsh/que_fait_on_de_l_etrangeur_aujourd_hui_nadia_yala_kisukidi.44953)

Meschonnic, H. (1999). *Poétique du traduire*. Verdier.

Meschonnic, H. (2007). *Éthique et politique du traduire*. Verdier.

Nouss, A. (2020). « Le mensonge du migrant: un déficit éthique ». In A. Castelain (dir.), *Traduction et migration: Enjeux éthiques et techniques* (pp. x-y). Presses de l'Inalco.

17

Otoni, P. (1998). *Tradução. A prática da diferença*. Unicamp.

Samoyault, T. (2020). « Langues en lutte: limites des éthiques de la traduction ». In A. Castelain (dir.), *Traduction et migration: Enjeux éthiques et techniques* (pp. x-y). Presses de l'Inalco.

Spivak, G. C. (1993). *Outside the Teaching Machine*. Routledge.

Spivak, G. C. (2005). Tradução como cultura (E. Ávila, & L. Schneider, Trads.). *Ilha do Desterro*, (48), 41-64. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/desterro/article/view/9833>

Venuti, L. (1998). *The Scandals of Translation: Towards an Ethics of Difference*. Routledge.

Viveiros de Castro, E. (2009). *Métaphysique Cannibales*. PUF.

---

<sup>1</sup> pédagogie de l'étrangeté dérangeante et rajeunissante ... un système axiologique à deux termes.

<sup>2</sup> une pédagogie de l'étrangeté dérangeante et rajeunissante. (tradução nossa)

<sup>3</sup> il veut forcer des deux côtés : forcer sa langue à se lester d'étrangeté, forcer l'autre langue à se dé-porter dans sa langue maternelle. (tradução nossa)

<sup>4</sup> En premier lieu, la traduction n'est point recherche d'équivalences, mais mouvement vers la parenté des langues. Elle produit cette parenté sans la supposer. En ce sens, elle est le plus grand bouleversement qu'une langue puisse connaître dans la sphère de l'écrit. En second lieu, l'œuvre est liée à sa langue sur un double mode, contradictoire : celui de l'enracinement et celui du dépassement, de l'écart. Proust dit que les grands textes ont toujours l'air d'avoir été écrits dans une langue étrangère. Par l'enracinement, l'œuvre s'enfouit dans l'épaisseur de la langue

natale ; par l'écart, elle s'arrache à elle en produisant une "autre langue", étrangère dès lors à la langue commune. Enracinée, l'œuvre est intraduisible. Subversion de sa langue, elle l'est au plus haut degré. Et ici advient une curieuse dialectique. La traduction, d'abord, ne fait que radicaliser ce mouvement de subversion. Elle a pour "fin" de déporter l'œuvre toujours plus loin de sa langue. Mais plus une œuvre est traduite, plus s'accroît pour elle la possibilité de s'enraciner dans sa langue en apparaissant comme intraduisible. Cela n'apparaît guère au moment de sa 'naissance', où ce périple n'a pas encore été effectué. Elle n'apparaît comme œuvre-de-la-langue-natale que lorsqu'elle est (re)traduite. On peut donc dire que la traduction accomplit le rapport de l'œuvre à sa langue. (tradução nossa)

<sup>5</sup> la lutte que se livrent les langues dans la traduction, le forçage de la langue maternelle par la langue de l'autre. (tradução nossa)

<sup>6</sup> L'intensification des relations internationales ne se limite pas aux nécessités commerciales et politiques, elle a aussi un autre effet : la reconnaissance que l'identité n'est plus l'universalisation, et n'advient que par l'altérité, par une pluralisation dans la logique des rapports interculturels. Cela non sans crise. (tradução nossa)

<sup>7</sup> C'est dans une telle optique nietzschéenne que Lawrence Venuti comprend l'appel d'Antoine Berman comme « une épreuve de l'étranger » par où la traduction deviendrait une forme de critique des structures cachées du pouvoir afin d'entreprendre une véritable transvaluation. Se proclamant l'héritier du projet bermanien, Venuti s'aligne, néanmoins, avec son sous-titre plutôt du côté de Nietzsche. (tradução nossa)

<sup>8</sup> L'étranger conforte l'ordre établi par la rationalité spatiale. Il représente le dehors ou l'ailleurs sans quoi l'ici ou le dedans ne trouvent pas leur légitimité. Il ne dérange pas ; au contraire, il participe de l'arrangement du social – son accent éclaire le bien-parler et la couleur de sa peau fait ressortir celle de l'autochtone.

<sup>9</sup> No Brasil, foi publicado em português em 2002: Berman, Antoine. *A prova do estrangeiro* (trad. Maria Emília Pereira Chanut). *Bauru-SP: EDUSC*, 2002.

<sup>10</sup> L'identité prend sa source dans une crise permanente qui touche à l'ensemble des valeurs et des critères de jugement et qui oblige l'exilé à une posture critique ininterrompue. (tradução nossa)

<sup>11</sup> L'étranger se répète lui-même mais dans un autre environnement, une autre langue tandis que l'exilé n'y parvient pas. Reproduction impossible qui oblige l'exilé à la traduction.

<sup>12</sup> L'utopie du projet, de cette pensée même d'une telle interaction, impose une nécessité de l'humour contre tout le pseudo-sérieux qui confond les Assis avec le mouvement de la pensée. (tradução nossa)

<sup>13</sup> traduire c'est s'installer dans l'espace de l'équivoque et l'habiter. (tradução nossa)

<sup>14</sup> ... mais comme la recherche d'un sujet qui s'efforce de se constituer comme sujet par son activité, mais une activité telle qu'est sujet celui par qui un autre est sujet. Et en ce sens, comme être de langage, ce sujet est inséparablement éthique et poétique. C'est dans la mesure de cette solidarité que l'éthique du langage concerne tous les êtres de langage, citoyens de l'humanité, et c'est en quoi l'éthique est politique.

<sup>15</sup> L'éthique, c'est ce qu'on fait de soi, et des autres. C'est un agir, et c'est faire de la valeur. (tradução nossa)

<sup>16</sup> ... la question de l'étranger est une question *de* l'étranger. ... celui qui, posant la première question, me met en question. (tradução nossa)

<sup>17</sup> Lorsqu'on reconnaît le pouvoir de décision dont dispose le traducteur, le rôle du traducteur et de la traduction en tant qu'agents de transformation sociale ne fait plus de doute. ... le pouvoir de désamorcer la violence en faisant passer des idées d'un contexte à un autre. ... la traduction porte en soi le même potentiel de violence que de non violence. (tradução nossa)

<sup>18</sup> migrations, transnationalité, nouvelles formes de subjectivation, nouveaux thèmes politiques, dématérialisation des productions.